

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2019 da Cooperativa de Crédito Cooplivre. – SICOOB COOPLIVRE, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2019 o SICOOB COOPLIVRE completou 41 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB COOPLIVRE obteve um resultado de R\$ 959.478,00 antes das destinações, representando um retorno anual de 2,45% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 126.628.268 Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 130.378.293,96 .

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira rural	R\$ 10.707.485,06	8%
Carteira comercial	R\$ 119.670.808,90	92%

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 22,02% da carteira, no montante de R\$ 28.756.564,05.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 212.059.345,63, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 12,32%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$ 58.280.427,03	27%
Depósitos a prazo	R\$ 141.990.755,12	67%
LCA	R\$ 11.788.163,48	6%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 21,04% da captação, no montante de R\$ 45.826.431,77.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB COOPLIVRE era de R\$ 34.974.296,94. O quadro de cooperados era composto por 16.436 cooperados, havendo um acréscimo de 15,54% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COOPLIVRE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 78,30% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL SÃO PAULO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada triênio na AGO, com mandato até a AGO de 2021, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2018, todos os membros efetivos do conselho fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL SÃO PAULO, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPLIVRE aderiram, em 2019, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a ouvidoria do SICOOB COOPLIVRE registrou 45 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 45 reclamações, 8 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

CAPIVARI/SP, 31 de JANEIRO de 2020

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (em reais)

Ativo

	NOTAS	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Disponibilidades	3	5.006.547	2.971.748
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	102.976.658	15.806.140
Títulos e valores mobiliários	3	11.496.366	57.256.978
Relações interfinanceiras	3	12.155.243	27.300.428
Operações de crédito	8	76.945.564	92.976.112
Outros créditos	9	1.844.903	1.740.733
Outros valores e bens	10	4.012.428	2.464.032
Total do ativo circulante		214.437.709	200.516.171
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários			23.613
Operações de crédito	8	42.716.831	35.849.324
Outros créditos	9	1.748.712	1.900.983
Total do ativo não circulante		44.465.543	37.773.920
Permanente			
Investimentos	11	5.535.051	4.845.538
Imobilizações de uso	12	15.906.884	12.214.947
Intangível	-	130.815	71.081
Total do permanente		21.572.750	17.131.566
Total do Ativo		280.476.002	255.421.657

Passivo e Patrimônio Líquido

	NOTAS	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Depósitos à vista, sob aviso e a prazo	13	200.271.182	174.381.296
Recursos de aceite e emissão de títulos	14	11.788.163	14.410.592
Relações interfinanceiras	15	6.451.190	4.286.581
Obrigações por empréstimo e repasses	15	5.692.152	
Obrigações sociais e estatutárias	16.1	371.381	1.333.475
Obrigações fiscais e previdenciárias	16.2	970.880	743.892
Obrigações diversas	16.3	11.485.518	18.332.601
Total do passivo circulante		237.030.466	213.488.437
Não circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Relações interfinanceiras	15	3.667.296	4.373.716
Total do ativo não circulante		3.667.296	4.373.716
Patrimônio Líquido			
Capital social	18	13.484.422	11.125.547
Reserva legal	-	24.607.822	20.113.405
Reserva de sobras	-	1.062.335	1.062.335
Sobras ou perdas acumuladas	18.d	623.661	5.258.217
Total do patrimônio líquido		39.778.240	37.559.504
Total do passivo e do patrimônio líquido		280.476.002	255.421.657

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

(em reais)

	NOTAS	2º Sem. de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Ingressos e receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito	20	16.132.150	33.592.472	35.511.381
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	-	3.142.388	5.605.179	4.204.124
		19.274.538	39.197.651	39.715.505
Dispêndios e despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado	-	(5.061.407)	(10.027.047)	10.672.783)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(8.738.414)	(14.379.837)	6.785.263)
	21	(13.799.821)	(24.406.884)	(17.458.046)
Resultado bruto da intermediação financeira		5.474.717	14.790.767	22.257.459
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais				
Ingressos e receitas de prestação de serviços	22	4.947.167	9.453.901	5.108.307,00
Dispêndios e despesas de pessoal	24	(7.772.088)	(14.732.117)	(10.723.189)
Outros dispêndios e despesas administrativas	25	(7.660.454)	(13.808.522)	(10.532.650)
Dispêndios e despesas tributárias	-	(222.559)	(436.321)	(370.841)
Ingressos de depósitos intercooperativos	-	340.114	888.199	872.118
Outros ingressos e rendas operacionais	-	6.010.427	9.094.844	3.015.360
Outros dispêndios e despesas operacionais	-	(1.620.556)	(2.500.160)	(773.026)
		(5.977.949)	(12.040.176)	(13.403.921)
Resultado Operacional		(503.232)	2.750.591	8.853.538
Resultado não operacional				
Receitas não operacionais	-	74.467	163.462	196.600
Despesas não operacionais	-	(301.161)	(410.418)	(32.570)
	28	(226.694)	(246.956)	164.030
Resultado antes da tributação e das participações		(729.926)	2.503.635	9.017.568
Imposto de renda e contribuição social	-	(294.045)	(959.955)	(421.165)
Participação de funcionários				
Resultado antes dos juros ao capital e das destinações estatutárias		(1.023.971)	1.543.680	8.596.403
Juros ao capital	19	(293.182)	(584.202)	(506.838)
Resultado antes das destinações estatutária		(1.317.153)	959.478	8.089.565
F A T E S - Atos não cooperativos	-			
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	(47.974)	(404.479)
Reserva Legal	-	-	(287.843)	(2.426.869)
Sobras ou perdas líquidas do exercício/semestre	18.c	(1.317.153)	623.661	5.258.217

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRÔNIO LÍQUIDO

(em reais)

	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2017	8.619.829	(1.800)	13.457.762	1.062.335	5.255.049	28.393.175
Destinação das sobras exercício anterior						
Constituição de Reservas	-	-	4.204.039	-	(4.204.039)	-
Ao Capital	1.051.010	-	-	-	(1.051.010)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	-
Integralização de Juros ao Capital	1.422.218	(3.950)	-	-	-	1.418.268
(-) Devolução de capital	(461.515)	-	-	-	-	(461.515)
Constituição de reservas	-	-	24.735	-	-	24.735
Integralização de Juros ao Capital	506.838	-	-	-	(506.838)	-
IRRF sobre Juros ao Capital	(7.083)	-	-	-	-	(7.083)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	8.596.403	8.596.403
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	-
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	-	(404.479)	(404.479)
Reserva Legal	-	-	2.426.869	-	(2.426.869)	-
Saldos em 31/12/2018	11.131.297	(5.750)	20.113.405	1.062.335	5.258.217	37.559.504
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Ao FATES	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	4.206.574	-	(4.206.574)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	-
Ao Capital	1.051.643	-	-	-	(1.051.643)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex-associados	-	-	-	-	-	-
Integralização/subscrição de capital	1.219.671	(24.258)	-	-	-	1.195.413
(-) Devolução de capital	(289.833)	-	-	-	-	(289.833)
Reversões de reservas	-	-	-	-	-	-
Integralização de Juros ao Capital	408.941	-	-	-	(584.202)	(175.261)
IRRF sobre Juros ao Capital	(7.289)	-	-	-	-	(7.289)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	1.543.680	1.543.680
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	-
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	-	(47.974)	(47.974)
Reserva Legal	-	-	287.843	-	(287.843)	-
Saldos em 31/12/2019	13.514.430	(30.008)	24.607.822	1.062.335	623.661	39.778.240

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(em reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Atividades operacionais		
Sobras (perdas) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	2.503.635	9.017.568
Ajuster por:		
Provisão para operações de crédito	9.086.258	6.436.365
IRPJ / CSLL	(959.955)	(421.165)
Provisão de Juros ao Capital	-	(506.838)
Depreciações e Amortizações	727.234	501.649
	11.357.172	15.027.579
Varição nos ativos e passivos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	6.543.277
Títulos e valores imobiliários	23.613	(23.613)
Operações de crédito	76.783	(16.655.812)
Outros créditos e outros valores e bens	(1.500.295)	(1.230.138)
Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos	23.267.457	35.745.632
Relações interfinanceiras	1.458.189	(1.974.317)
Outras obrigações	(1.890.037)	1.755.157
	21.435.710	24.160.186
Caixa gerado nas operações	32.792.882	39.187.765
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aportes de capital em investimento	(689.513)	(227.696)
Aquisições de imobilizações de uso e intangível	(4.478.905)	(6.023.184)
Baixas de imobilizado de uso	-	115.264
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.168.418)	(6.135.616)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento por novos aportes de capital	611.211	1.418.268
Devolução de capital à cooperados	(289.833)	(461.515)
Aumento de reserva legal	-	24.735
FATES - Sobras do exercício	(47.974)	(404.479)
Subscrição do juros ao capital	408.941	506.838
IRRF sobre juros ao capital	(7.289)	(7.083)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	675.056	1.076.764
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	28.299.520	34.128.913
No início do período	103.335.294	69.206.381
No fim do período	131.634.814	103.335.294

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(em reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO COOPLIVRE - SICOOB COOPLIVRE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **15/07/1978**, filiada à **CCC ESTADO SÃO PAULO – SICOOB SP** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB COOPLIVRE** possui **12** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **CAPIVARI – SP, PORTO FELIZ - SP, TIETÊ - SP, SALTO - SP, CERQUILHO - SP, BOITUVA - SP, JUMIRIM - SP, CESÁRIO LANGE - SP, CABREÚVA - SP, LOUVEIRA - SP, MONTE MOR - SP, INDAIATUBA - SP.**

O SICOOB COOPLIVRE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 31/01/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICCOB SP e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

Em **31 de dezembro de 2019 e de 2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	5.006.546,54	2.971.747,65
Aplicações interfinanceiras de liquidez	11.496.366,08	15.806.139,89
Relações interfinanceiras - centralização financeira	12.155.243,19	27.297.228,29
TOTAL	28.658.155,81	46.075.115,83

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em **31 de dezembro de 2019 e de 2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.496.366	15.806.140
TOTAL	11.496.366	15.806.140

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração entre 95% e 100% do CDI.

6. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2019 e de 2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Título de Renda Fixa	102.976.658	-	57.256.978	23.613
TOTAL	102.976.658	-	57.256.978	23.613

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no SICCOB SP, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações de repasse de recursos do crédito rural.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 21/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 5.605.179 e R\$ 4.204.124.

7. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2019 e de 2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Correspondentes No País	-	3.200
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	12.155.243	27.297.228
TOTAL	12.155.243	27.300.428

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOB SP conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

8. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	73.205.031,95	36.695.911,05	109.900.943,00	117.028.509,94
Financiamentos	3.899.537,73	5.870.328,17	9.769.865,90	8.310.273,94
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	7.058.168,89	3.649.316,17	10.707.485,06	8.935.219,37
Total de Operações de Crédito	84.162.738,57	46.215.555,39	130.378.293,96	134.274.003,25
(-) Provisões para Operações de Crédito	(7.217.175,36)	(3.498.723,93)	(10.715.899,29)	(5.448.567,30)
TOTAL	76.945.563,21	42.716.831,46	119.662.394,67	128.825.435,95

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	7.220.091,19	116.240,02	2.176.519,44	9.512.850,65		6.946.791,79	
A	0,5%	Normal	33.233.737,11	4.055.053,07	6.085.163,75	43.373.953,93	(216.869,77)	64.597.823,96	(322.989,12)
B	1%	Normal	33.797.753,36	3.063.822,86	1.845.179,22	38.706.755,44	(387.067,55)	41.676.513,43	(416.765,13)
B	1%	Vencidas	766.504,24	727,36	0,00	767.231,60	(7.672,32)	316.845,17	(3.168,45)
C	3%	Normal	13.484.277,48	2.091.704,70	524.712,46	16.100.694,64	(483.020,84)	5.966.656,62	(178.999,70)
C	3%	Vencidas	577.861,55	0,00	0,00	577.861,55	(17.335,85)	1.866.530,20	(55.995,91)
D	10%	Normal	3.145.590,67	191.810,27	75.910,19	3.413.311,13	(341.331,11)	4.220.477,31	(422.047,73)
D	10%	Vencidas	1.681.995,07	65.861,18	0,00	1.747.856,25	(174.785,63)	1.466.332,96	(146.633,30)
E	30%	Normal	6.187.844,26	35.705,34	0,00	6.223.549,60	(1.867.064,88)	2.604.242,62	(781.272,79)
E	30%	Vencidas	1.465.210,07	10.137,19	0,00	1.475.347,26	(442.604,18)	1.335.379,87	(400.613,96)
F	50%	Normal	2.219.444,36	54.179,37	0,00	2.273.623,73	(1.136.811,87)	219.020,26	(109.510,13)
F	50%	Vencidas	748.677,20	12.284,66	0,00	760.961,86	(380.480,93)	672.139,08	(336.069,54)
G	70%	Normal	251.273,50	17.260,04	0,00	268.533,54	(187.973,48)	105.531,97	(73.872,38)
G	70%	Vencidas	329.637,84	13.304,84	0,00	342.942,68	(240.059,88)	263.634,69	(184.544,28)
H	100%	Normal	1.073.478,89	17.559,70	0,00	1.091.038,59	(1.091.038,59)	305.073,84	(305.073,84)
H	100%	Vencidas	3.717.566,21	24.215,30	0,00	3.741.781,51	(3.741.781,51)	1.711.009,48	(1.711.009,48)
Total Normal			100.613.490,82	9.643.335,37	10.707.485,06	120.964.311,25	(5.711.178,09)	126.642.131,80	(2.610.530,82)
Total Vencidos			9.287.452,18	126.530,53	0,00	9.413.982,71	(5.004.720,30)	7.631.871,45	(2.838.034,92)
Total Geral			109.900.943,00	9.769.865,90	10.707.485,06	130.378.293,96	(10.715.898,39)	134.274.003,25	(5.448.565,74)
Provisões			(10.394.095,01)	(249.594,28)	(72.210,00)	(10.715.899,29)		(5.448.567,30)	
Total Líquido			99.506.847,99	9.520.271,62	10.635.275,06	119.662.394,67		128.825.435,95	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	33.676.435,18	39.528.596,77	36.695.911,05	109.900.943,00
Financiamentos	1.093.644,45	2.805.893,28	5.870.328,17	9.769.865,90
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	2.465.279,62	4.592.889,27	3.649.316,17	10.707.485,06
TOTAL	37.235.359,25	46.927.379,32	46.215.555,39	130.378.293,96

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	6.136.156,57	427.543,78	-	6.563.700,35	5%
Setor Privado - Indústria	2.984.458,11	-	-	2.984.458,11	2%
Setor Privado - Serviços	63.222.499,13	5.965.249,86	-	69.187.748,99	53%
Pessoa Física	36.008.253,07	3.159.850,27	10.707.485,06	49.875.588,40	38%
Outros	1.549.576,12	217.221,99	-	1.766.798,11	1%
TOTAL	109.900.943,00	9.769.865,90	10.707.485,06	130.378.293,96	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(5.448.566)	(4.293.632)
Constituições	(14.379.837)	(6.785.263)
Reversões	5.647.051	124.399
Transferência para prejuízo	3.465.453	5.505.930
TOTAL	10.715.899	(5.448.566)

f) Concentração dos Principais Devedores

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	2.817.247,77	2,00%	3.940.207,82	3,00%
10 Maiores Devedores	17.900.591,05	14,00%	19.660.591,67	15,00%
50 Maiores Devedores	49.246.084,16	38,00%	51.594.744,21	38,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	14.288.428	10.199.122
Valor das operações transferidas no período	2.262.154	4.836.360
Valor das operações recuperadas no período	(2.620.131)	(747.054)
TOTAL	13.930.451	14.288.428

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2019** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 9.269.889,38**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

9. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	400.645,89	-	257.075,99	-
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber	59.677,25	-	78.507,83	-
Outras rendas a receber	34.337,69	-	32.164,11	-
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais	18.125,26	-	40.106,39	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	196.076,64	-	274.006,31	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	68.384,75	-	611.147,56	-
Devedores por compra de valores e bens (b)	1.172.820,58	1.805.160,04	2.756.788,62	-
Impostos e contribuições a compensar	9.390,44	-	3.724,26	-
Títulos e créditos a receber	104.999,49	-	65.600,73	-
Devedores diversos - país	224.411,05	-	122.282,62	-
(-) Provisões para outros créditos				
(-) Com características de concessão de crédito	(443.965,97)	(56.448,30)	(479.158,72)	(120.529,58)
TOTAL	1.844.903,07	1.748.711,74	3.762.245,70	(120.529,58)

a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Venda de bens não de uso, segregadas em curto e longo prazo no montante total de R\$ 2.977.980,62.

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

	Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2019	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2018
A	0,5% Normal	-	1.555.492,00	1.555.492,00	(7.777,46)	-	-
B	1% Normal	-	22.500,00	22.500,00	(225,00)	2.379.800,04	(23.798,00)
C	3% Normal	-	400.000,04	400.000,04	(12.000,00)	-	-
C	3% Vencidas	-	577.500,00	577.500,00	(17.325,00)	-	-
E	30% Normal	19.912,43	376.988,58	396.901,01	(119.070,30)	15.550,70	(4.665,21)
E	30% Vencidas	45.939,47	-	45.939,47	(13.781,84)	25.505,33	(7.651,60)
F	50% Normal	-	-	-	-	4.315,31	(2.157,66)
F	50% Vencidas	71.365,47	-	71.365,47	(35.682,74)	45.544,33	(22.772,17)
G	70% Vencidas	47.922,06	-	47.922,06	(33.545,44)	15.017,58	(10.512,31)
H	100% Normal	4.090,60	-	4.090,60	(4.090,60)	383.462,11	(383.462,11)
H	100% Vencidas	211.415,86	45.500,00	256.915,86	(256.915,86)	144.669,21	(144.669,21)
	Total Normal	24.003,03	2.354.980,62	2.378.983,65	(143.163,36)	2.783.128,16	(414.082,98)

Total Vencidos	376.642,86	623.000,00	999.642,86	(357.250,88)	230.736,45	(185.605,29)
Total Geral	400.645,89	2.977.980,62	3.378.626,51	(500.414,24)	3.013.864,61	(599.688,27)
Provisões	(304.490,21)	(195.924,04)	(500.414,25)		(599.688,27)	
Total Líquido	96.155,68	2.782.056,58	2.878.212,26		2.414.176,34	

10. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bens Não de Uso Próprio	4.295.171,17	-	2.460.419,57	-
Material em Estoque	3.668,00	-	3.612,00	-
(Provisões para Desvalorizações)	(286.411,03)	-	-	-
TOTAL	4.012.428,14	-	2.464.031,57	-

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

11. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	4.636.451,88	4.162.227,75
Participações inst financ controlada coop crédito	898.599,59	683.309,95
TOTAL	5.535.051,47	4.845.537,70

(a) Refere-se a ações do Bancoob, avaliados pelo método de Custo Histórico.

(b) Refere-se a cotas de capital na SICOOB SÃO PAULO e no BANCOOB.

12. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso	-	11.376.958,44	8.718.535,93
Instalações	10%	1.368.172,89	1.156.971,82
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-	(495.329,74)	(372.254,60)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.794.888,96	2.638.164,49
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-	(1.104.202,81)	(791.264,68)
Sistema de Processamento de Dados	20%	836.858,23	612.289,04
Sistema de Segurança	10%	316.880,89	217.917,64
Sistema de Transporte	20%	329.560,00	370.560,00
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-	(516.903,22)	(335.972,19)
TOTAL		15.906.883,64	12.214.947,45

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	58.280.427,03	-	44.140.285,08	-
Depósito a Prazo	141.990.755,12	0,34	130.241.011,07	0,45
TOTAL	200.271.182,15	-	174.381.296,15	-

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	7.777.432,01	4,00%	15.310.884,41	8,00%
10 Maiores Depositantes	30.207.412,03	15,00%	45.491.708,61	24,00%
50 Maiores Depositantes	71.885.737,88	35,00%	82.065.728,45	44,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(8.082.627,68)	(8.820.403,69)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(527.128,70)	(789.395,85)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(314.575,30)	(274.748,90)
TOTAL	(8.924.331,68)	(9.884.548,44)

14. Recursos de aceite e emissão de títulos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Letras de créditos do agronegócio	11.788.163	14.410.592
TOTAL	11.788.163	14.410.590

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2019	Taxa média	2018	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(527.128,70)	0,33	(789.395,85)	0,45

As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA emitidas pelo SICOOB SP possuem remuneração entre 80% e 87% do CDI, com prazos de vencimentos de até 3000 dias, conforme Resolução CMN N° 4.410/2015.

15. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bancoob	6.829.792,13	-	-	-
(-) Despesa a apropriar	(1.137.639,65)	-	-	-
Recursos do Bancoob	6.719.339,67	4.480.425,79	4.478.186,11	4.924.616,00
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(268.149,82)	(813.130,19)	(191.605,11)	(550.900,04)
TOTAL	12.143.342,33	3.667.295,60	4.286.581,00	4.373.715,96

a) As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2019 o montante de R\$ 1.102.715,81 com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses";

16. Outras Obrigações

Descrições	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	52.385,29	-	33.694,19	-
Sociais e Estatutárias	371.380,82	-	1.333.474,75	-
Fiscais e Previdenciárias	918.494,67	-	710.197,63	-
Diversas	11.477.688,79	7.830,02	18.331.747,35	853,87
TOTAL	12.819.949,57	7.830,02	20.409.113,92	853,87

16.1 Sociais e Estatutárias

Descrições	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nos Lucros	-	-	438.014,62	-
Resultado de Atos com Associados	49.663,85	-	468.693,00	-
Resultado de Atos com não associados	73.431,42	-	234.182,65	-
Cotas de Capital a Pagar	248.285,55	-	192.584,48	-
TOTAL	371.380,82	-	1.333.474,75	-

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrições	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	298.753,14	-	139.219,54	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	44.720,36	-	42.378,19	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	500.837,75	-	422.187,30	-
Outros	126.568,75	-	140.106,97	-
TOTAL	970.880,00	-	743.892,00	-

16.3 Diversas

Descrições	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos (a)	7.777.432,01	-	15.309.833,01	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (b)	201.770,64	-	104.340,33	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (c)	524.735,13	-	504.020,90	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (d)	1.973.116,47	-	1.444.025,72	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	257.773,01	-	233.713,62	-
Credores Diversos - País	750.691,55	-	736.667,64	-
TOTAL	11.485.518,81	-	18.332.601,22	-

(a) Referem-se à cheques nominais emitidos contra o próprio caixa da cooperativa.

(b) Referem-se à provisão para pagamento de despesas junto a fornecedores.

(c) Referem-se às obrigações de pagamentos das contas salário.

(d) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal e administrativas

(e) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 118.729,22, referente a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(f) Em credores diversos estão registradas pendências a regularizar, basicamente na compensação.

17. Instrumentos financeiros

O **SICOOB COOPLIVRE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes..

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	13.484.422,22	11.125.546,97
Associados	16.436	14.225

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada 27/03/2019 os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2018**, no valor de R\$ 1.051.643,38

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	959.476,94	8.089.564,47
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 30%	(287.843,08)	(2.426.869,34)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(47.973,85)	(404.478,22)
Sobra à disposição da Assembléia Geral	623.660,01	5.258.216,91

19. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 584.201,99 visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

20. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.110.151,28	972.995,46
Rendas de Empréstimos	25.679.432,21	25.471.197,06
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	4.269.844,58	5.886.780,43
Rendas de Financiamentos	1.636.190,62	1.348.477,09
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	896.853,38	1.079.819,11
Recuperação de créditos baixados como prejuízo		752.112,07
TOTAL	33.592.472,07	35.511.381,22

21. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Captação	(8.924.331,68)	(9.884.548,44)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(1.102.715,81)	(788.234,99)
Provisões para Operações de Crédito	(13.812.271,55)	(6.028.406,43)
Provisões para Outros Créditos	(567.565,92)	(756.856,28)
TOTAL	(24.406.884,96)	(17.458.046,14)

22. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	1.530.974,99	1.253.953,29
Rendas de pacotes de serviços	866.001,74	685.912,00
Rendas de tarifas bancárias	1.586.266,57	1.233.001,33
Rendas de outros serviços	5.470.657,30	1.935.440,38
TOTAL	9.453.900,60	5.108.307,00

23. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	583.965,50	422.701,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	276.426,20	253.799,60
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	5.610,04	9.411,40
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.586.266,57	1.233.001,33
TOTAL	2.452.268,31	1.918.913,33

24. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(187.500,00)	(155.500,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.522.867,26)	(1.324.504,33)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.959.426,02)	(1.802.051,87)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.885.914,99)	(2.177.235,62)
Despesas de Pessoal - Proventos	(7.062.677,51)	(5.247.628,21)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(60.126,55)	(260,62)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(53.604,37)	(16.008,00)
TOTAL	(14.732.116,70)	(10.723.188,65)

25. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(312.626,61)	(208.826,66)
Despesas de Aluguéis	(1.953.524,63)	(1.540.699,43)
Despesas de Comunicações	(707.953,31)	(563.655,62)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(699.716,33)	(520.225,10)
Despesas de Material	(306.697,78)	(205.326,81)
Despesas de Processamento de Dados	(966.801,81)	(848.073,20)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(97.950,95)	(95.359,55)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(443.734,93)	(380.774,93)
Despesas de Publicações	(6.327,00)	0,00
Despesas de Seguros	(102.470,53)	(118.489,17)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.707.560,13)	(1.506.849,90)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.050.803,30)	(922.153,33)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.227.393,08)	(959.099,73)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.159.557,55)	(698.317,64)
Despesas de Transporte	(849.094,07)	(829.551,02)
Despesas de Viagem ao Exterior	(18.220,21)	0,00
Despesas de Viagem no País	(172.024,21)	(116.997,72)
Despesas de Amortização	(51.005,18)	(49.080,57)
Despesas de Depreciação	(676.228,69)	(452.568,35)
Outras Despesas Administrativas	(593.766,80)	(375.201,11)
Emolumentos judiciais e cartorários	(81.978,96)	(45.931,15)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(623.085,82)	(95.469,06)
TOTAL	(13.808.521,88)	(10.532.650,05)

26. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	353.471,48	30.550,00
Dividendos	113.845,80	0,00
Deduções e abatimentos	27.203,19	1.537,79
Distribuição de sobras da central	153.475,12	0,00
Rendas de repasses Delcredere	2.246,91	0,00
Outras rendas operacionais	278.621,14	442.293,71
Rendas oriundas de cartões de crédito	2.831.625,93	2.160.167,10
TOTAL	3.760.489,57	2.634.548,60

27. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(3.302,81)	-
Despesas de Provisões Passivas	(377.530,87)	(209.500,16)
Despesas de Recursos do PROAGRO	-	(0,88)
Outras Despesas Operacionais	(1.698.158,65)	(162.679,33)
Descontos concedidos - operações de crédito	(155.465,31)	(358.353,30)
Cancelamento - tarifas pendentes	(109.142,20)	(42.492,63)
TOTAL	(2.343.599,84)	(773.026,30)

28. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	137.940,80	64.683,01
Ganhos de Capital	25.028,67	48.787,57
Reversão de Provisões não Operacionais	-	9.480,00
Outras Rendas não Operacionais	492,26	73.649,25
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(10.673,37)	(8.272,21)
(-) Perdas de Capital	(2.502,50)	(14.297,92)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(397.242,03)	(10.000,05)
Resultado Líquido	(246.956,17)	164.029,65

29. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	17.961.422,90	3,8988%	56.148,15
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	238.403,38	0,0517%	3.145,63
TOTAL	18.199.826,28	3,9506%	59.293,78
Montante das Operações Passivas	5.318.368,94	2,8713%	-

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	52.715,99	(336,92)	2,5352%
Conta Garantida	101.084,08	(1.010,84)	1,3915%
Crédito Rural	3.176.785,04	(16.582,07)	29,6688%
Empréstimo	4.550.774,15	(30.131,88)	5,1313%
Financiamento	285.275,95	(2.333,27)	2,9200%
Títulos Descontados	915.241,75	-	7,7103%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	230.379,18	0,3985%	0%
Depósitos a Prazo	2.567.361,06	1,6695%	0,3814%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,5053%
Empréstimos	1,2894%
Financiamento	1,2300%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	96,8958%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019

CPR (física, financeira, cooperações)	-
Empréstimos e Financiamentos	2,0287%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	2,4425%
Crédito Rural (modalidades)	0,4591%
Aplicações Financeiras	2,8713%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	189.231,84
Crédito Rural	10.437.960,81
Empréstimo	6.011.980,11
Financiamento	814.793,72

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
252.484,23	296.332,95

f) No exercício de <2019> os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(187.500,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.522.867,26)
Encargos Sociais	(341.835,00)

30. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO COOPLIVRE - SICOOB COOPLIVRE, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC ESTADO SÃO PAULO - SICOOB SP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB SP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB SP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPLIVRE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB SP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB SP:

31. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

31.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

31.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

31.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

31.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

31.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

32. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN n°. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência – PR	34.974.297	33.641.703
Índice de Basileia – IB (10,5% RPC e 13% RPS)	16,47%	17,92%
Índice / Grau de Imobilização – GI (50%)	45,48%	36,31%
Razão de alavancagem (3%)	11,53%	12,32%

34. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	48.361.383,11	-	66.049.347,93	-
Trabalhistas	575.995,75	-	436.072,40	-
Fiscais	470.823,31	-	787.002,39	-
Outros	-	-	0,00	-
TOTAL	49.408.202,17	-	67.272.422,72	-

a) Segundo a assessoria jurídica do SICOOB COOPLIVRE, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 719.073,93. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

CAPIVARI-SP 31 de dezembro de 2019.

PABLO EDUARDO RICARDO DA SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

CRISTIANO APARECIDO CREMONESE
CONTADOR - SP-328205/O-3

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Cooplivre - Sicoob Cooplivre Capivari/SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Cooplivre - Sicoob Cooplivre, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Cooplivre - Sicoob Cooplivre, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



RIBEIRÃO PRETO/SP, 31 DE JANEIRO DE 2020.
EDIMILSON ARTILHA VIEIRA
CONTADOR - CRC – SP 280575/O

Parecer do Conselho Fiscal

Nós membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Cooplivre – Sicoob Cooplivre, com sede na Rua XV de Novembro, 580, Capivari, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 49.389.307/0001-15, nos termos do Estatuto Social e Regimento Interno, tendo examinado as contas e demais documentos da sociedade, referente ao período de 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019, bem como os atos administrativos o balanço e as Demonstrações Financeiras, transcritos no Livro Diário, constatando tudo em perfeita ordem, são de parecer que devem ser aprovadas, pelos senhores cooperados, por refletirem a real situação econômica e financeira da Cooperativa.

Capivari/SP, 31 de Dezembro de 2019.

DOMINGOS ANTONIO QUAGLIATO CANCIAN

LEONARDO ANNICCHINO

MARCELO APARECIDO MASCHIETTO